

SEÇÃO: ARTIGOS

AS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS REUNIÕES NACIONAIS DA ANPED: QUE ESPAÇO HÁ PARA A AVALIAÇÃO?

Helena Rivelli de Oliveira¹

Diovana Paula de Jesus²

Eliane Medeiros Borges³

RESUMO

O presente trabalho, de cunho documental, buscou identificar traços do debate em torno da avaliação educacional na formação dos professores. Para isso, realizamos uma pesquisa tendo como objeto de análise os textos de pesquisas publicadas no GT08 – Formação de Professores nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no período de 2005 a 2015. A pesquisa mostrou que nenhum dos 335 textos apresentados nas dez edições mapeadas discutiu a avaliação educacional no contexto da formação de professores. Essa lacuna é preocupante, pois abre espaço para a cultura dos cursos de treinamento profissional oferecidos pelos sistemas de ensino que visam, principalmente, a instrumentalizar professores e gestores escolares para a chamada *apropriação de resultados*. Essa apropriação cria, mais uma vez, condições para que a avaliação do sistema ganhe espaço sobre a avaliação de sala de aula.

Palavras-chave: Formação de professores. GT08 da ANPEd. Avaliação educacional.

Como citar este documento – ABNT

OLIVEIRA, Helena Rivelli de; JESUS, Diovana Paula de; BORGES, Eliane Medeiros. As pesquisas sobre formação de professores nas reuniões nacionais da ANPEd: que espaço há para a avaliação?. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 9, e002550, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2019.2550>.

Recebido em: 05/06/2018

Aprovado em: 20/02/2019

Publicado em: 18/06/2019

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9125-1977>. E-mail: helenarivelli@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1958-6721>. E-mail: diovana_paulaj@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0703-3991>. E-mail: mborges.eliane@gmail.com

LAS INVESTIGACIONES SOBRE FORMACIÓN DE PROFESORES EN LAS REUNIONES NACIONALES DE LA ANPED: ¿QUÉ ESPACIO HAY PARA LA EVALUACIÓN?

RESUMEN

La presente investigación, de cuño documental, buscó identificar rasgos del debate alrededor de la evaluación educativa en la formación de los profesores. Para eso, tomamos como objeto de análisis los textos de investigaciones publicadas en el GT08 – Formación de Profesores en las Reuniones Nacionales de la Asociación Nacional de Postgrado e Investigación en Educación en el período de 2005 a 2015. La encuesta mostró que ninguno de los 335 textos presentados en las diez ediciones mapeadas discutió la evaluación educativa en el contexto de la formación de profesores. Esa brecha es preocupante, pues abre espacio para la cultura de los cursos de entrenamiento profesional ofrecidos por los sistemas de enseñanza que aspiran, principalmente, a capacitar profesores y gestores escolares para la llamada *apropiación de resultados*. Esta apropiación crea, una vez más, condiciones para que la evaluación del sistema gane espacio sobre la evaluación del aula.

Palabras clave: Formación de profesores. GT08 de la ANPEd. Evaluación educativa.

RESEARCH ON TEACHER TRAINING IN THE NATIONAL MEETINGS OF ANPED: IS THERE A PLACE FOR EVALUATIONS?

ABSTRACT

The present documentary research aimed to identify some evidence of the debate about the educational evaluation in teacher training. For that, we chose the texts from research published in GT08 – Teacher Training in the National Meetings of the National Association of Postgraduate and Research in Education from 2005 to 2015 as the object of our analysis. The research showed that among the ten editions mapped none of the 335 texts presented discussed the educational evaluation in the context of teacher training. This gap raises concerns since it opens space for the culture of professional training courses offered by the education systems that aim, mainly, to provide teachers and school managers with tools for the so-called *appropriation of results*. This appropriation once again creates conditions for the evaluation of the system to gain space over the classroom assessment.

Keywords: Teacher training. GT08 from ANPEd. Educational evaluation.

INTRODUÇÃO

Os desafios na formação dos professores ainda são inúmeros no contexto brasileiro, e sua superação passou a figurar na agenda das políticas educacionais, principalmente após os movimentos de expansão do acesso à educação básica, intensificados a partir da década de 1980. Esses desafios são enfatizados pelos dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) que mostram que, em 2017, 44% dos docentes possuíam formação incompatível com a atividade na disciplina em que atuavam (BRASIL, 2018). Isso significa que 4 em cada 10 professores não têm a formação adequada. Esses dados contrastam com o princípio do direito à educação de qualidade assegurado pela Constituição Federal de 1988 e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Entretanto, para além da formação superior, vários outros desafios se lançam ao desenvolvimento profissional dos professores, de modo que as recentes reformas curriculares pelas quais passaram os cursos de licenciatura ainda não foram capazes de dar conta de uma parcela dessas lacunas. A partir de tais constatações, no presente artigo, tomamos por análise uma das dimensões que vêm sendo constantemente ressignificadas com a pactuação de um projeto neoliberal da educação nacional – a avaliação educacional. De modo geral, podemos afirmar que a avaliação da educação básica passou e vem passando por um movimento nos últimos 30 anos que envolve diversos discursos e disputas.

A cultura nacional de avaliação em larga escala, crescente no Brasil desde a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no final dos anos 1980, tem gerado uma complexa rede de políticas, programas, projetos e iniciativas que, aos poucos, sufocam a avaliação da aprendizagem como um essencial ponto dos processos escolares. Nesse contexto, nossa hipótese é de que a formação inicial não tem conseguido instrumentalizar os futuros professores para lidar com as pressões pedagógicas e políticas representadas pelos sistemas de avaliação em larga escala. Tal hipótese foi elaborada tendo por base conclusões de pesquisas desenvolvidas em diferentes âmbitos da gestão educacional, tanto no universo de grandes redes de ensino quanto em estudos de caso representados por uma escola (PEREIRA; CALDERANO; MARQUES, 2013; SALES, 2015; SILVA, 2017; SOUZA; OLIVEIRA; ALVIM, 2018). Essas pesquisas, de maneira geral, mostram que os professores: (i) sentem-se intimidados pelas políticas de responsabilização, principalmente as que envolvem compensação financeira (SALES, 2013; SILVA, 2017); (ii) não conseguem estabelecer uma relação clara e objetiva entre o rendimento dos alunos, refletido nas atividades e avaliações escolares internas (SALES, 2015; SOUZA, 2016; SILVA, 2017); (iii) e, enfim, acabam por priorizar um trabalho com foco

nas matrizes de referência⁴ dos sistemas de avaliação, reduzindo as propostas curriculares dos estados e municípios (SOUZA, 2016; SOUZA; OLIVEIRA; ALVIM, 2018).

Tendo por base a discussão acima apresentada, este artigo buscou identificar traços do debate em torno da avaliação educacional no campo da formação dos professores, especificamente nas discussões e conhecimentos produzidos no âmbito do GT08 – Formação de Professores da Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Para isso, tomamos como objeto de análise os textos de pesquisas publicadas como trabalhos e pôsteres no Grupo de Trabalho 8 – Formação de Professores no período de 2005 a 2015. Dada a importância da ANPEd no cenário nacional das pesquisas em educação, a expectativa é que o exame do acervo de estudos já discutidos no GT08 nesses últimos 11 anos⁵ nos ofereça representatividade quanto aos aspectos que perpassam a educação básica, os grupos de pesquisadores e as concepções sobre o tema abordado.

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA BREVE REFLEXÃO

A avaliação educacional possui diferentes dimensões e pode ser classificada de acordo com seus propósitos e o método que emprega. Um fato importante a ser salientado é que a avaliação tem como função principal o monitoramento de uma situação determinada, seja ela representada por um aluno, uma escola ou mesmo um sistema de ensino inteiro. Sendo assim, a avaliação produz dados que devem ser interpretados e utilizados no planejamento e nas decisões pedagógicas.

Segundo Souza (2000), com base no espaço pedagógico que ocupa, é possível reconhecer que:

a avaliação de sala de aula tem como foco o processo de ensino-aprendizagem e visa a subsidiar o aperfeiçoamento da prática docente; a avaliação institucional permite a análise da instituição educativa e indica a efetividade da instituição educativa no cumprimento de sua função social; a avaliação de programa e projetos educativos focaliza sua atenção nos propósitos e estratégias concebidos por determinado programa previsto para aperfeiçoar ou corrigir desvios de um sistema de ensino; a avaliação de currículo tem seu centro de atenção voltado para a análise do valor psicossocial dos objetivos e conteúdos propostos de um curso organizado para formar o aluno e para o estudo da efetividade dos processos previstos em sua implementação; a avaliação de sistema focaliza sistemas de ensino visando subsidiar políticas públicas na área educacional (SOUZA, 2000, p. 101).

⁴ As matrizes de referência dos sistemas de avaliação em larga escala são recortes da proposta curricular adotada e se concentram nos aspectos passíveis de uma avaliação objetiva, como no caso dos testes de múltipla escolha (SALES, 2015).

⁵ São 10 edições realizados em um período de 11 anos. Desde a realização da 1ª Reunião Científica da ANPEd, em 1978 em Fortaleza, os eventos aconteciam anualmente. Contudo, a partir da reunião de 2013, decidiu-se que os encontros passariam a acontecer a cada dois anos.

A partir dessas definições, distinguimos as avaliações de sala de aula como avaliações internas – realizadas pelo professor como forma de acompanhar a formação de seus alunos – e as avaliações de sistemas como avaliações em larga escala e externas – utilizadas para se ter um diagnóstico da qualidade de uma rede ou sistema de ensino e para subsidiar ações, também nesse âmbito.

As avaliações de sala de aula são um elemento intrínseco ao espaço escolar desde a sua mais remota organização. Apesar de também utilizadas como forma de expressão da autoridade do professor, têm seu lugar reconhecido na medida em que permitem o acompanhamento escolar do aluno (SOUZA, 2000). Gatti (2003) salienta que alguns estudos têm se concentrado na avaliação desenvolvida pelos professores em sala de aula, mas, de maneira geral, isso pouco tem repercutido nos cursos de formação de professores. A autora chama ainda atenção para o fato de que

Esta avaliação tem por finalidade acompanhar os processos de aprendizagem escolar, compreender como eles estão se concretizando, oferecer informações relevantes para o próprio desenvolvimento do ensino na sala de aula em seu dia a dia, para o planejamento e replanejamento contínuo da atividade de professores e alunos, como para a aferição de graus (GATTI, 2003, p. 99).

Além disso, a autora (GATTI, 2003) acrescenta que, para ter sentido, a avaliação em sala de aula deve ser coerente com a filosofia e os métodos de ensino do professor.

Com o objetivo de subsidiar um diálogo entre as avaliações internas e as externas, passaremos para uma síntese sobre o estabelecimento de uma cultura nacional de avaliação em larga escala.

Apesar de a ampliação do uso dos testes educacionais em larga escala no cenário internacional poder ser observada principalmente a partir da década de 1960 do século XX, desde os anos 1930, encontramos indícios do interesse em políticas públicas de avaliação externa. Essas primeiras políticas, idealizadas nos Estados Unidos, tinham como intuito principal avaliar o rendimento dos sistemas de ensino (BROOKE; CUNHA, 2011). No Brasil, entretanto, a avaliação passou a compor o quadro de intenções das práticas governamentais apenas no final dos anos 1980, quando foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. O SAEB já passou por várias modificações e atualmente avalia as áreas de Linguagem, Matemática e Ciências. O governo federal anunciou que no ano de 2017 a Prova Brasil do Ensino Médio seria aplicada pela primeira vez de forma censitária, agregando mais uma modificação ao Sistema.

Com base no trânsito dos movimentos avaliativos que se mostraram até o presente momento, podemos identificar o que Bonamino e Souza (2012) chamam de três gerações de avaliação da educação básica no Brasil. A primeira geração consta de programas com fins diagnósticos

da qualidade e cujos resultados são de divulgação e acesso público, não implicando nenhum ônus ou bônus para os envolvidos. A segunda geração implica, além da divulgação pública, a devolução dos resultados do desempenho para os envolvidos no processo. Por acarretar consequências simbólicas para as escolas, já que há apropriação dos resultados das avaliações pelos pais e pela sociedade, essas políticas também são chamadas de *low stakes* (responsabilização branda). Quando ocorrem sanções ou movimentos de recompensas em decorrência dos resultados dos alunos e das escolas, tratam-se de avaliações de terceira geração. Por envolverem consequências diretas, são também referenciadas como *high stakes* (responsabilização forte).

Os programas de responsabilização com base nos resultados das avaliações em larga escala têm sido adotados pelos sistemas estaduais de ensino desde a década de 1990, como é o caso de Minas Gerais, Amazonas, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, entre outros (BONAMINO; SOUZA, 2012; SALES, 2015; SOUZA, 2016). Sem o preparo adequado dos profissionais da educação básica para a compreensão de como trabalhar em seus diagnósticos e planejamento esses resultados e indicadores, corre-se o risco, principalmente, de um estreitamento do currículo, como já mencionado (SOUZA; OLIVEIRA; ALVIM, 2018).

Algumas características importantes podem ser destacadas no que tange a relação entre as avaliações de sala de aula e as avaliações dos sistemas de ensino. Uma delas é a posição ocupada pelo professor em ambas: enquanto na avaliação interna o avaliador (o professor) é ao mesmo tempo o responsável direto pelo processo que vai avaliar, na avaliação em larga escala o docente assume um papel diferente, o de também avaliado, pois um agente externo é quem planeja, aplica e disponibiliza os resultados. Assim, é possível enxergar o deslocamento do controle sobre os resultados da prática docente para um agente externo ao contexto da escola (GATTI, 2003). É geralmente com base nesse fator que costumam nascer as resistências dos professores aos sistemas avaliativos em larga escala. Também é preciso ter em conta que uma série de variáveis internas e externas ao espaço escolar tem influências diretas e indiretas nas avaliações de sistema, e o professor, sozinho, não pode e não deve ser responsabilizado pelo baixo desempenho dos alunos (FETZNER, 2014).

Outra característica que chama atenção de maneira perturbadora é a substituição de alguns procedimentos de avaliação de sala de aula por atividades simuladas com base nas matrizes de referência das avaliações externas, tendo em vista a melhoria do desempenho dos alunos: é como treinar o aluno para realizar uma tarefa pela qual o professor se sente pressionado. Sobre isso, Souza (2000, p. 104) argumenta que

A realização frequente nestes últimos anos no Brasil de avaliações de sistema e o emprego de testes objetivos, característica deste tipo de avaliação, tem levado muitos professores a supor que deveriam desenvolver seu processo de avaliação utilizando a mesma metodologia e mesmos tipos de

instrumentos que são recomendados para as avaliações de grande porte. Perdem com isto a possibilidade de aperfeiçoar procedimentos e instrumentos que permitem análises mais aprofundadas de seus alunos, no contexto de sala de aula (SOUZA, 2000, p. 104).

Por esses e outros motivos, críticas têm sido lançadas contra os sistemas e as políticas de avaliação em larga escala e elas não são aqui ignoradas. Sobre isso, Davis (2013) ressalta que, apesar de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶, nortear importantes políticas públicas, têm também ocasionado problemas de diferentes naturezas para professores e gestores, bem como para alunos, de maneira indireta. As pesquisas de Sales (2015), Souza (2016) e Silva (2017), realizadas respectivamente no Amazonas, no Ceará e em Minas Gerais, mostraram que a gestão escolar não está preparada para a articulação entre os indicadores e resultados de avaliações externas e o planejamento cotidiano das escolas. Além disso, essas pesquisas também sugerem que os professores têm dificuldades para partir de um resultado calculado por um agente externo como base para o planejamento e o trabalho docente. É importante destacar que “medir” é diferente de “avaliar” e só teremos uma avaliação no momento em que os resultados do “medir” sejam utilizados para o planejamento e o replanejamento das atividades dos professores, em um movimento contínuo que se retroalimenta (GATTI, 2003; PEREIRA; CALDERANO; MARQUES, 2013).

Tendo todos esses aspectos em mente, é importante destacar que não há como separar avaliação de ensino. Além disso, a formação do professor não pode prescindir de uma discussão que seja capaz de estabelecer as complexas relações que envolvem essas dimensões e, principalmente, que seja capaz de compreender a natureza política que cada uma delas envolve. Em busca dos indícios sobre como essa reflexão tem se dado nos contextos de formação de professores é que partimos para a meta-análise da produção do GT08 – Formação de Professores no período de 2005 a 2015.

A PESQUISA E OS PRINCIPAIS METADADOS

A presente pesquisa representa um recorte de um estudo mais amplo, desenvolvido pela primeira autora, em colaboração e orientação, respectivamente, com as demais autoras, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esse estudo – uma tese de doutoramento ainda em curso – aborda diferentes aspectos da formação de professores, incluindo as discussões sobre as avaliações em larga escala nas licenciaturas. Assim, a pesquisa por ora apresentada, de natureza documental, foi realizada como parte da pesquisa bibliográfica que embasa a tese. Em uma perspectiva qualitativa, a análise buscou compreender como as discussões sobre as avaliações em larga escala têm se

⁶ O cálculo do IDEB é feito a partir de duas variáveis: o fluxo escolar e o desempenho dos alunos em avaliações do SAEB.

desenvolvido no contexto dos debates e reflexões do GT08 – Formação de Professores da ANPEd.

A justificativa pela seleção do GT08 – Formação de professores em detrimento de outros GTs (grupos de trabalho) que também poderiam abarcar esta discussão se faz na medida em que o interesse do estudo mais amplo citado está em compreender como esse tema é tomado como objeto de estudo no âmbito do campo “formação de professores”. O GT08 da ANPEd, criado em 1983 sob o nome de GT Licenciaturas (ANPEd, s/d), tem se destacado desde então como um significativo contexto de discussão e produção de conhecimentos na área de formação de professores.

A definição do recorte temporal, que abrange o período de 2005 a 2015, foi intencional: acreditamos que as dez edições da Reunião Nacional oferecem condições para a representatividade de pesquisadores e temáticas. Assim, foram analisados os trabalhos e pôsteres submetidos e apresentados nas seguintes Reuniões Nacionais da ANPEd:

- 28ª Reunião Nacional, realizada em Caxambu/Minas Gerais, 2005.
- 29ª Reunião Nacional, realizada em Caxambu/Minas Gerais, 2006.
- 30ª Reunião Nacional, realizada em Caxambu/Minas Gerais, 2007.
- 31ª Reunião Nacional, realizada em Caxambu/Minas Gerais, 2008.
- 32ª Reunião Nacional, realizada em Caxambu/Minas Gerais, 2009.
- 33ª Reunião Nacional, realizada em Caxambu/Minas Gerais, 2010.
- 34ª Reunião Nacional, realizada em Natal/Rio Grande do Norte, 2011.
- 35ª Reunião Nacional, realizada em Porto de Galinhas/Pernambuco, 2012.
- 36ª Reunião Nacional, realizada em Goiânia/Goiás, 2013.
- 37ª Reunião Nacional, realizada em Florianópolis/Santa Catarina, 2015.

Optamos por investigar todos os trabalhos e pôsteres submetidos e apresentados no GT08 – Formação de Professores, nas dez edições do evento científico. De acordo com os documentos oficiais da 38ª Reunião Nacional da ANPEd, configuram-se como trabalhos “os ensaios (distintos de revisão de literatura) e os estudos com conclusão parcial ou final, abordando temáticas novas ou já estabelecidas na área da Educação, que evidenciem elaboração teórica e rigor conceitual na análise” (ANPEd, 2017, p. 8). Já os pôsteres incluem “apresentações esquematizadas e ilustradas de determinados aspectos de uma pesquisa em andamento” (ANPEd, 2017, p. 10).⁷

Os dados analisados foram reunidos a partir da pesquisa empírica que se constituiu em três etapas: (i) consulta ao site da ANPEd, no *locus* das Reuniões Científicas Nacionais, para observação do número geral de textos (trabalhos e pôsteres) apresentadas no período 2005-

⁷ Tais caracterizações quanto à natureza dos textos submetidos, apresentados e publicados como trabalhos e pôsteres podem ter sofrido alterações ao longo das edições do evento científico.

2015; (ii) elaboração de um diagnóstico dos textos apresentados no GT08 – Formação de Professores no mesmo período; e (iii) exame dos textos com a finalidade de reconhecer quais discursos sobre a avaliação na educação básica circularam nas pesquisas sobre formação de professores e que formam o acervo do GT08 da ANPEd nesses 11 anos.

Para a identificação de possíveis pesquisas relacionadas à temática selecionada para estudo, foi realizada a leitura de título, resumo e palavras-chave de todos os textos, atentando para o objetivo proposto em cada um. A ideia foi, então, reconhecer estudos cujo principal objetivo tenha sido a compreensão de algum elemento relacionado a discussões, de qualquer natureza, sobre as dimensões da avaliação educacional na formação dos professores da educação básica. Em caso de dúvida diante da inspeção de tais elementos, seguiu-se com a leitura do texto completo. A leitura do texto completo aconteceu em dois momentos da pesquisa, quando a palavra “avaliação” constava no título e nas palavras-chave dos textos, mas o resumo não esclarecia em que aspecto a avaliação seria contemplada.

A leitura dos metadados nos mostrou que de um total de 4404 textos submetidos e apresentados nas dez Reuniões Nacionais mencionadas, 335 textos (ou 7,6%) pertencem ao GT08 – Formação de Professores. O Gráfico 1 a seguir tem o propósito de ilustrar a proporcionalidade entre a produção geral de cada Reunião Nacional e a produção do GT08 – Formação de Professores.

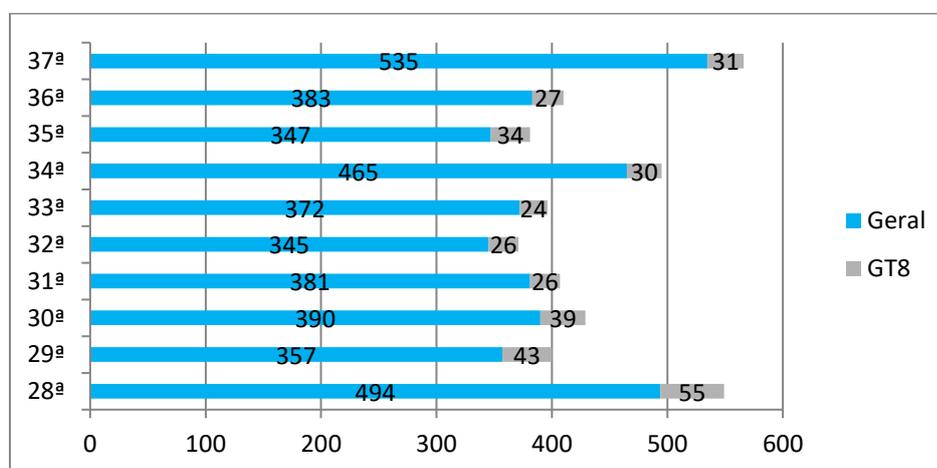


Gráfico 1: Razão entre as pesquisas apresentadas nas Reuniões Nacionais da ANPEd e pesquisas apresentadas no GT08 – Formação de Professores (2005 a 2015).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De maneira geral, podemos afirmar que a média dos trabalhos do GT08 em relação à produção geral de cada Reunião se manteve estável, o que pode ser explicado por uma política da própria Associação em destinar um número proporcional de cotas para trabalhos aceitos para apresentação em cada GT.

O Gráfico 2 mostra a relação de pôsteres e trabalhos no GT08 em cada uma das dez edições da Reunião Nacional.

Observa-se o número significativamente superior de trabalhos em relação aos pôsteres, o que também deriva provavelmente de uma regra estabelecida *a priori* que determina um número menor de apresentações de pôsteres do que de trabalhos.

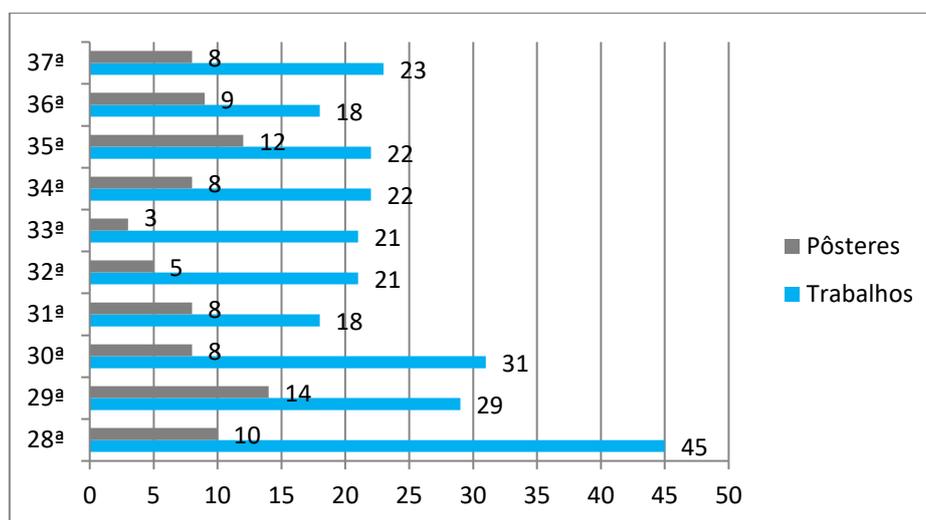


Gráfico 2: Razão entre trabalhos e pôsteres apresentados no GT08 – Formação de Professores (2005 a 2015)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esmiuçando cada um dos 335 textos do GT08, pela leitura de seu resumo, e também dos dois textos integrais já citados, não reconhecemos nenhuma pesquisa apresentada nessas dez edições da Reunião Nacional da ANPEd, realizadas entre 2005 e 2015, que tivesse por objetivo discutir a avaliação educacional no contexto da formação de professores. Esse panorama chama atenção, principalmente quando contrastado com o resultado de pesquisas que indicam a necessidade de se pensar a formação dos professores no contexto da gestão de resultados educacionais, como aquelas aqui apresentadas (PEREIRA; CALDERANO; MARQUES, 2013; SALES, 2015; SILVA, 2017; SOUZA; OLIVEIRA; ALVIM, 2018). Assim, destaca-se a forma tímida, para não dizer ausente, com que o campo da formação de professores tem trabalhado as aplicações e os limites pedagógicos do uso dos resultados dos sistemas de avaliações em larga escala.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO GT08 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação inicial e continuada dos professores da educação básica está em constante análise na produção do GT08 da ANPEd no período investigado. É possível observar demandas que foram apresentadas em uma Reunião e se intensificaram nas seguintes, sugerindo o surgimento de novos paradigmas do campo da formação de professores. Um exemplo claro

disso são os estudos relacionados a gênero e sexualidade, que surgiram timidamente e se consolidaram nesses 11 anos.

De maneira geral, podemos identificar oito aspectos que se destacaram na produção do GT08 no período analisado: a metodologia de história de vida (ou o método de história de vida) para encontrar traços constitutivos da identidade docente; a pesquisa focada em determinar necessidades formativas dos professores; a preocupação com o estágio como momento da formação que possibilita a oportunidade do contato do futuro professor com seu campo de atuação; a relevância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação inicial dos professores; o acompanhamento dos anos iniciais da docência e seus desafios; o distanciamento entre as vivências da formação e as vivências da prática docente; a reflexão sobre o desenvolvimento profissional dos professores; e as bases para se pensar as responsabilidades do professor-formador de professores.

Cada um desses assuntos tem importância no debate sobre a formação de professores e, de certa forma, estão todos em diálogo. Mas a ausência de qualquer menção a respeito dos saberes docentes sobre as dimensões da avaliação na educação básica nos causou inquietação. Se a ANPEd não possui um GT específico para avaliação educacional, o que teria mantido essa discussão afastada do campo da formação de professores? Com base no que se tem observado atualmente nos espaços de reflexão sobre as avaliações, podemos pensar em algumas hipóteses para esse fato, e três delas serão apresentadas a seguir.

Muitas das considerações tecidas sobre as dimensões da avaliação, ou mesmo sobre a relação que se deve estabelecer entre as avaliações de sala de aula e as avaliações de sistemas de ensino, têm sido elaboradas no âmbito dos debates sobre políticas públicas. Com base nisso, é de se esperar que os textos submetidos e apresentados às Reuniões Nacionais no período avaliado e que abordem algum elemento que buscamos possam ter sido endereçados ao GT05 – Estado e Política Educacional. Além disso, as pesquisas específicas sobre avaliação do letramento e do letramento matemático podem também ter sido apresentadas no GT10 – Alfabetização, Leitura e Escrita e no GT19 – Educação Matemática, respectivamente. Vale ressaltar que isso não substitui a discussão que deve ser conduzida no campo da formação dos professores, principalmente tendo em vista que as pesquisas das áreas de avaliação e gestão educacional têm indicado que há ausências contundentes da formação inicial dos professores. A partir da lacuna sugerida na formação dos professores, são cada vez mais comuns as iniciativas de formação continuada no campo da gestão de resultados e da gestão da sala de aula, sendo que não são raras as vezes em que tais propostas acabam por aligeirar e pormenorizar a complexidade do contexto (SALES, 2015; SOUZA; OLIVEIRA; ALVIM, 2018). Com isso em mente, reiteramos o argumento de que as políticas de avaliação em larga escala e toda a complexidade que o tema encerra devem encontrar seu lugar como objeto de investigação no campo da formação de professores.

Uma segunda possibilidade para a ausência observada tem sua raiz na realidade já detalhada por Gatti (2003): há pouco espaço nos cursos de formação de professores para o estudo da avaliação educacional. Isso também pode ser percebido nas pesquisas sobre avaliação educacional: pouco se verifica da reflexão acerca da constituição dos saberes docentes sobre a avaliação educacional em seu processo de formação. Como se isso por si só não bastasse, essa lacuna abre espaço para a cultura dos cursos de treinamento profissional oferecidos pelos sistemas de ensino que visam, principalmente, a aparelhar professores e gestores escolares para a chamada apropriação de resultados, criando, mais uma vez, condições para que a avaliação do sistema ganhe fôlego sobre a avaliação de sala de aula.

Por fim, há ainda a hipótese de que a carência de pesquisas reflete a constatação de que a avaliação seja, de maneira geral, um nó difícil de se desfazer no campo educacional. Pelo viés que a concebe como parte do complexo processo de ensino e aprendizagem, há resistência em tomá-la como um objeto de estudo isolado, tendo em vista que se insere e monitora o próprio processo. Com isso, é criado um ciclo que se retroalimenta, no sentido de que professores com uma formação deficitária tendem a expor de maneira também deficitária os problemas.

Reconhecemos que outras interpretações são viáveis para a situação observada na pesquisa, mas por ora essas são as explicações mais coerentes que investigamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou contribuir para o campo da formação de professores por meio da reflexão sobre os saberes docentes a respeito das dimensões da avaliação educacional. Pode-se dizer que a produção do GT08 – Formação de Professores é incipiente no que tange a temática pesquisada. Porém, o silêncio não deve ser ignorado nas pesquisas na área educacional: ele nos mostra uma lacuna que deve ser examinada com mais atenção. É possível que esse panorama seja um reflexo da forma *top down*⁸ como as políticas educacionais têm figurado nos cenários estaduais e nacional. Assim, em primeiro lugar, mostra-se relevante a compreensão de que, nas iniciativas de avaliação em larga escala, os sujeitos executores da política em sua implementação são os professores em suas salas de aula. De maneira inversa, de modo geral, são também os professores os atores ignorados nas agendas de formulação das políticas. Assim, temos um duplo silenciamento: os professores são silenciados no processo de elaboração das políticas públicas, assim como a academia parece sentir dificuldades em lhes dar voz.

⁸ De acordo com Condé (2012), as políticas *top down* têm como principal característica o poder constituído de cima para baixo.

A ausência constatada somada à sobreposição dos temas observados nos textos apresentados nas últimas dez edições da Reunião Nacional da ANPEd sugere uma tendência do campo da formação de professores de desdobrar-se sobre si mesmo, absorvendo de maneira tímida os movimentos que o circunda. O inconveniente disso, ao menos no que tange o problema aqui abordado, é que, enquanto nos debruçamos sobre os mesmos problemas, a escola está sendo bombardeada por programas, projetos, políticas e ideias com as quais os professores nem sempre estão aptos a dialogar. Isso reforça a tão afamada distância entre universidade e escola.

Pelo emprego que se fez e se faz da avaliação educacional, seu estudo demanda especial atenção na medida em que é parte indissociável do processo de ensino e aprendizagem, e seus usos podem implicar no agravamento da exclusão.

Para além da preocupação sobre como vem sendo estabelecida a relação entre avaliações internas e avaliações externas (avaliação de sala de aula e avaliações de sistema) pelos professores da educação básica, é de fato fundamental a compreensão de como esse diálogo vem também sendo estabelecido nas universidades. As três hipóteses apresentadas para a escassez de pesquisas sobre as dimensões da avaliação educacional no GT08 no período de 2005 a 2015 carecem de estudos para sua comprovação, mas são um ponto de partida contundente para aqueles que se interessarem pelo assunto.

REFERÊNCIAS

ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd: condições de submissão de texto/proposta, 38, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/condicoes_de_submissao_de_texton_2017_versao_final_15.03.pdf. Acesso em: 3 mar. 2018.

ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). *GT08 – Formação de Professores*. Disponível em: <http://anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt08-formação-de-professores>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Observatório do PNE: formação de professores*. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=15944:programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores. Acesso em: 1 mar. 2018.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália. A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados. *Estudos e Pesquisas Educacionais*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 17-79, nov. 2011. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/livro-2-2011.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, jul./dez. 2012.

DAVIS, Cláudia Leme Ferreira Prefácio. In: CALDERANO, Maria Da Assunção; BARBACOV, Lecir Jacinto; PEREIRA, Margareth Conceição (org.). *O que o IDEB não conta?*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

FETZNER, Andréa Rosana. Entre o diálogo e a redução: práticas curriculares. In: FERNANDES, C. O. (org.). *Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola*. São Paulo: Cortez, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. O professor e a avaliação em sala de aula. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 27, p. 97-114, jan./jun. 2003.

PEREIRA, Margareth Conceição; CALDERANO, Maria da Assunção; MARQUES, Gláucia Fabri Carneiro. Algumas implicações das avaliações externas no trabalho docente. In: CALDERANO, Maria da Assunção; BARBACOV, Lecir Jacinto; PEREIRA, Margareth Conceição (org.). *O que o IDEB não conta?*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

SALES, Maria Cristina da Mota. *Gestão de resultados escolares: um estudo das escolas estaduais no município de Barcelos (AM)*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SILVA, Waldirene Rodrigues Silva. *O Conselho de Classe como instrumento de gestão pedagógica e de planejamento do trabalho escolar*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SOUZA, Clarilza Prado. Dimensões da Avaliação Educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 22, p. 101-118, 2000.

SOUZA, Antônio Roberto de Araújo. *Gestão de programas/projetos como fator de sucesso: o caso da escola estadual Francisco Holanda Montenegro do Ceará*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SOUZA, Antônio Roberto de Araújo; OLIVEIRA, Helena Rivelli; ALVIM, Maria Isabel da Silva Azevedo. O mapeamento de boas práticas de gestão e sucesso escolar: possibilidades para a gestão regional na CREDE 16. In: *Diálogos & Proposições: planos de ação para a Rede Estadual de Ensino do Ceará*. Volume III. Juiz de Fora: Projeto CAEd-Fadepe/JF, 2018.

Helena Rivelli de Oliveira

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na linha de pesquisa Linguagens, Culturas e Saberes. Membro do Grupo de Pesquisas em Educação Superior (GRUPES/UFJF).

helenarivelli@yahoo.com.br

Diovana Paula de Jesus

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa Linguagens, Culturas e Saberes. Membro do Grupo Educação, Cultura e Comunicação (EDUCCO/UFJF) e do Grupo de Pesquisas em Educação Superior (GRUPES/UFJF).

diovana_paulaj@yahoo.com.br

Eliane Medeiros Borges

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. É professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. É coordenadora do EDUCCO/UFJF e do GRUPES/UFJF. É coordenadora-geral do Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFJF e também Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF.

mborges.eliane@gmail.com